

Relatoria Andanças do Patrimônio

Cidade: CORUMBÁ/MS

Data: 15/05/2025

Local da realização da atividade: 18º Festival da América do Sul

Relator (es): Laís Helena de Queiroz,

Observação: após a conclusão da escuta, encaminhar a relatoria para:

snpc@iphan.gov.br

Eixo 1 - Tecendo redes e fortalecendo territórios: a institucionalização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural a partir da gestão participativa e compartilhada	
Desafios	Oportunidades
Baixa visibilidade do Patrimônio imaterial na política pública. Falta de representação por meio de Conselhos de Cultura que dê relevância aos bens culturais imateriais, Raramente os municípios têm diálogo sobre o patrimônio cultural do Estado. Invisibilidade dos municípios que não possuem bens reconhecidos nacionalmente. Existem outros centros históricos no Estados que precisam ser valorizados e preservados. Falta de Conselhos de Patrimônio de Cultural ou cadeiras de PC nos Conselhos de Cultura.	
Garantir as contribuições de participação social nos instrumentos de gestão.	(Programa de Educação Patrimonial) Formação para sociedade civil e gestores acerca das políticas de patrimônio cultural para garantir o Controle Social para implementação efetiva da política pública.
Centralidade das capitais nas políticas públicas em detrimento dos interiores.	
	Realizar uma mobilização da sociedade que respeite as especificidades, que seja inclusiva e ampla.
Falta de informações acerca da manutenção e conservação dos espaços de interesse de grupos culturais.	Difusão das normativas e legislações referentes à preservação do patrimônio, como meio de Educação Patrimonial por meio de Sinalização interpretativa, indicativa e orientativa.
	Articulação interfederativa para efetivação de políticas públicas

	intersectoriais articuladas, como Meio Ambiente, Assistência Social, etc
	Garantir o monitoramento periódico e contínuo participativo dos instrumentos de gestão para aperfeiçoamento da implementação.
	Busca pela “Cidade saudável” por meio de um Conselho que agregue e promova a discussão intersectorial da gestão pública (Perspectiva de Comissão Intersectorial de Patrimônio Cultural).
Falta a difusão e visibilidade das ações que estão em andamento para preservação do patrimônio cultural	Investir em Educação Patrimonial de forma integral para garantir o conhecimento acerca das políticas existentes e quais as formas de incidência pela sociedade para ação compartilhadas
	Reconhecimento da sociedade que a preservação do patrimônio cultural é responsabilidade compartilhada
	Garantir que os objetivos e diretrizes da política de preservação e salvaguarda cheguem a todos os setores da sociedade civil para impedir a usurpação ou deturpação da pauta pelos grandes empreendimentos.
	Por meio dos instrumentos de fomento, como Aldir Blanc, garantir a vinculação do recurso para a preservação do Patrimônio Cultural. “Verba obrigatória” nos editais para desenvolver ações nos municípios.
	Institucionalização dos processos participativos por meio da inserção de detentores, como mestres e mestras nos espaços de discussão e deliberação.
	Subsídios e flexibilização das contrapartidas de manutenção de espaços requeridos por grupos da sociedade civil organizada que queiram acesso o Programa Imóvel da Gente-

	Fórum de Democratização dos Imóveis da União - Incentivar linhas de créditos junto a bancos públicos para financiar e viabilizar a participação e garantir acesso dos grupos ao programa; incentivar emendas parlamentares voltadas para esse fim
	Formação e sensibilização de gestores municipais voltada para valorização e gestão do patrimônio cultural local, a partir da perspectiva transversal e intersetorial de planejamento urbano, programa de valorização turística, etc
	Formação voltada para construção ou aperfeiçoamento de legislação e normativas para preservação do patrimônio nos municípios e estados.
	Educação patrimonial voltada para os órgãos do sistema judiciário para atuação qualificada nos processos de proteção e preservação do patrimônio cultural.
<p>Concepção institucionalizada de patrimônio cultural restrita ao que a elite estabeleceu, como o patrimônio edificado e centros históricos. Invisibilidade das histórias de grupos e territórios vulnerabilizados. Necessidade de inserir na construção e processos institucionais o repertório de grupos historicamente vulnerabilizados para poder destinar políticas focalizadas, como ribeirinhos, quilombolas, demais comunidades e povos tradicionais.</p> <p>Recursos de programas prioritários do governo, como Novo PAC ou PAC das Cidades Históricas, destinado às áreas definidas pelas elites econômicas e políticas, não chegando no circuito de</p>	

[illegible]

Eixo 2 - Patrimônio Cultural para e pelo povo: representatividade, acessibilidade, equidade e democratização

Desafios	Oportunidades
<p>As comunidades possuem dificuldades para acessar as informações para preservar os seus próprios patrimônios. O que os gestores muitas vezes propõem nem sempre está em consonância com os interesses das comunidades e povos tradicionais.</p> <p>Não possui canais institucionalizados para tornar a escuta dos interesses locais das comunidades tradicionais em políticas públicas efetivas</p> <p>Falta a diversidade na forma de efetivar a participação, que não deve ser somente por meio escrito, mas é necessário valorizar a oralidade para a efetiva inclusão de todos os integrantes dos povos e comunidades tradicionais nos processos participativos</p>	

A gestões alegam que não possui espaço na carga-horária para inserção da Educação Patrimonial nas grades curriculares.	Obrigatoriedade da Educação Patrimonial em todas as fases da educação formal, desde a educação infantil ao ensino superior. Parceria entre IPHAN, MinC e MEC. Estabelecimento de ACTs entre órgãos responsáveis pela educação e patrimônio para execução de planos de trabalhos para ações contínuas de educação patrimonial nos municípios.
	Valorização da Educação Patrimonial na educação popular.
Falta de materiais e recursos para execução de projetos de Educação Patrimonial nas escolas.	Realização de audiências públicas para efetivar processo participativo para a construção de legislações de identificação e preservação de bens culturais a serem patrimonializados.
	Articular ações para trabalhar com a questão de fronteira e patrimônio cultural a partir da cooperação internacional e desenvolvimento regional.
	Construir protocolos que garantam a acessibilidade à população com deficiência nas atividades culturais, em conformidade com o Estatuto da Pessoa com Deficiência.
Invisibilidade das matrizes africanas e indígenas nos bens culturais registrados e tombados.	
Efetivar a periodicidade da inventariação de práticas de bens culturais reconhecidos para garantir a visibilidade e o fortalecimento de ações relacionadas que não foram incluídas inicialmente.	Realizar inventários de outros bens culturais populares que não foram reconhecidas e não possuem instrumentos de acautelamento.
	Realizar inventários das casas dos povos terreiros para criar redes, instrumentos e conjunto de ações, para fortalecer e garantir a preservação das práticas e saberes continuamente.
	Promover ações contínuas de valorização dos povos e comunidades

	de matriz africana e indígena, com construção de plano de ações participativos e inclusão nas demais ações institucionais promovidas pelos órgãos públicos.
Falta de ações voltadas para a identificação e promoção do Patrimônio Indígena.	Necessidade de equidade de tratamento e valorização dos diferentes territórios indígenas no país.
Invisibilidade dos Patrimônios dos grupos historicamente minorizados, necessidade de criar mecanismos para preservar e valorizar patrimônios LGBTQIAPN+, Ciganos, das Pessoas com Deficiência, etc.	
	Formação aos servidores públicos sobre o contexto histórico, político, cultural e econômico local para uma atuação próxima a população.
	Associar a educação patrimonial à educação ambiental para compreensão integral do território.
	Garantir a diversidade de raça, etnia, orientação sexual, gênero e território nos processos seletivos e concursos públicos para o funcionalismo público.
	Capilarizar as ações de preservação do patrimônio cultural por meio dos Agentes Territoriais de Cultura.
	Inserir como critério/eixo o Patrimônio Cultural como critério/eixo/diretrizes/ "hospitalidade pública" para gestão e ordenamento territorial
	Incidir junto ao MEC para que as tecnologias ancestrais de matriz africana e indígenas sejam inseridas nos cursos de Arquitetura. Promover diálogos, seminários que fomentem a discussão acerca da Arquitetura indígena e de matriz africana.

	Incentivar a formação de grupos de extensão e pesquisa sobre patrimônio cultural e saberes de matriz africana e indígenas, de modo a dialogar com as comunidades e diversos setores da sociedade.
	Estabelecer instrumentos de cooperação junto aos IES para construção e difusão das ações de preservação e salvaguarda de patrimônio cultural.
Eixo 3 - Fazendo a roda do patrimônio girar: Fomento, Economia do Patrimônio, Trabalho, Renda e Sustentabilidade	
Desafios	Oportunidades
	Editais que incluam a oralidade e a diversidade linguística para submissão de projetos, de modo a pluralizar os grupos contemplados.
	Valorizar a economia circular por meio da estruturação das estratégias de geração de renda das comunidades tradicionais, como estrutura para o desenvolvimento turístico desses territórios.
	Estabelecer instrumentos de fomento específicos para grupos historicamente vulnerabilizados, considerando as especificidades, meios plurais e desburocratização do processo de participação.
	Associar políticas de preservação do patrimônio cultural às políticas de assistência social para garantir a subsistência dos grupos detentores que possuem hipossuficiência.
	Estimular a criação de linhas específicas para grupos historicamente vulnerabilizados nos Fundos de Fomento Cultural.
	Fomentar por meio de recursos financeiros e assistência técnica para criação e formalização de associações de artesãs, fazedores de cultura,

	detentores do patrimônio para garantir a organização, sustentabilidade e incidência das ações de interesse desses coletivos.
	Viabilizar meios para promover o acesso e a mobilidade de grupos de territórios de difícil acesso para o fortalecimento dos direitos culturais.
	Descentralização das ações de preservação do patrimônio cultural para os interiores e zonas rurais.
	Criar mecanismo para incidência no planejamento e implementação do Rotas Integração Latino-Americana –RILA – para estimular políticas regionais de patrimônio cultural a partir do fortalecimento da participação de universidades, conselhos, gestores locais, comunidades e povos tradicionais para incidir nos processos de destinação de recursos.
	Estimular que os Estados criem o ICMS Cultural como meio de fomentar as ações de preservação do patrimônio pelos municípios e incentivar o fortalecimento das capacidades institucionais para gestão compartilhada do patrimônio cultural.
	Desenvolvimento de indicadores do Patrimônio Cultural para criação de evidência para o aperfeiçoamento e construção de políticas públicas.
	Realizar pesquisas para avaliar o impacto econômico do Patrimônio Cultural na economia local.
	Estimular a criação e implementação de planos de uso e dinamização dos espaços históricos que estão sem função social.
	Considerar a amplitude social nos impostos que incidem sobre as edificações históricas.

	Reverter os tributos dos empreendimentos turísticos que se estabelecem nos centros históricos a fundos municipais de patrimônio cultural.
	Subsidiar com percentuais de desconto os IPTUs de edificações cujos donos preservam as edificações.
	Criar estratégias a partir da Educação Patrimonial para a sensibilização sobre o potencial turístico do patrimônio cultural local.
	Aproveitamento do patrimônio arqueológico para fins turístico, para desenvolvimento de pesquisas e estudos e para o desenvolvimento econômico das comunidades locais.
	Cooperação entre os órgãos de Cultura e Meio Ambiente para ações sustentáveis.
	Criar e estimular mecanismos que valorize o potencial turístico do patrimônio cultural, valorizando a memória, a histórica dos grupos e coletivos locais, como iniciativas de Afroturismo.
	Editais específicos para contemplar iniciativas de turismo e patrimônio cultural. Cooperação entre IPHAN e MTUR e EMBRATUR para captar recursos e fomentar iniciativas.
	Promover ações de valorização do patrimônio cultural em unidades de conservação a partir da perspectiva do desenvolvimento sustentável, como o TBC – Turismo de Base Comunitária.
Os grandes empreendimentos do país, atualmente, têm sido feitos pela iniciativa privada. Assim, como o funcionalismo público está defasado de servidores efetivos.	Promoção de Concursos Públicos e estruturação da carreira dos trabalhadores da cultura para garantir a efetivação da implementação de políticas públicas de Patrimônio Cultural.

	Fortalecer o Ciclo da Política Pública por meio da ampliação do quadro de servidores e formações contínuas para a construção, implementação, monitoramento e avaliação dos instrumentos de gestão pública.
	Evidenciar os impactos socioambientais nos territórios de produção cultural das comunidades tradicionais dos megaempreendimentos. Inventariar e registrar as práticas culturais das comunidades tradicionais que serão impactadas pela RILA.
	Ampliar a capilaridade e a captação da Lei Rouanet no Estado.
	Incentivo de doações de pessoas físicas por meio da Lei Rouanet.
	Incidir nos novos recortes regionais e sociais da Lei Rouanet voltada para ampliar os investimentos na preservação do patrimônio cultura
	Promover formações e assistência técnica para elaboração de projetos culturais para preservação do patrimônio aos gestores, agentes culturais, detentores e fazedores de cultura.
	Popularizar a discussão acerca do Mercado e Crédito de Carbono e como reverter a atual política de carbono e mitigação de emissões para a preservação do patrimônio cultural.
Eixo 4 - Patrimônio Cultural: caminhos para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a proteção e a adaptação frente à emergência climática	
Desafios	Oportunidades
Êxodo das gerações de jovens das comunidades e territórios tradicionais devido à dificuldade de garantir a subsistência, uma vez que as mudanças climáticas têm afetado os ecossistemas	Atualização do Plano Diretor com a inserção de diretrizes, objetivos e ações sobre o enfrentamento e adaptação à mudança climática.

locais e impactando os modos e práticas tradicionais de fazer vida.	
	Difusão das técnicas construtivas, de plantio, de ocupação do território e outros saberes tradicionais como meio de adaptação climática.
	Promover discussões junto às comunidades tradicionais e povos de terreiros sobre a adaptação climática e a preservação dos seus modos e práticas culturais.
	Promover o reconhecimento e acautelamento de espaços que a preservação do meio ambiente está em sinergia com a preservação do patrimônio cultural, como a Portaria de Quilombos 135/2024.
	Editais específicos para colher proposições sobre adaptação climática e práticas culturais.
	Realizar escutas nas comunidades guardiãs dos territórios para mapear tecnologias para serem multiplicadas como boas práticas. Levantamento/ identificação nos territórios das práticas tradicionais como ações de adaptação climática.
	Utilizar o poder do simbólico e do lúdico das artes e do patrimônio cultural para mudar hábitos e paradigmas acerca da relação com o meio ambiente.
	Intensificar as ações fiscalizadoras nos espaços urbanos edificados desocupados.
	Identificação/ inventariação das plantas e ervas sagradas como parte das práticas tradicionais que devem ser preservadas.
	Incentivar os processos de regularização fundiária.

	Plano de Arborização de Centros Históricos, como forma de transformar o patrimônio edificado como vetor de mitigação.
Pluralidade dos diferentes grupos dificulta a capacidade de capilarizar ações com estratégias únicas.	Educação Patrimonial para a questão do Patrimônio Cultural e Mudança Climática para sensibilizar diferentes grupos culturais.
	Promover ações de sensibilização da mudança climática e patrimônio cultural nas comunidades, escolas, CREAS, e demais espaços de socialização por instituições de preservação ambiental e de patrimônio cultural, em parceria com OSCs e demais atores relacionados.
	ACTs entre instituições como IBAMA, ICMBio, IPHAN e demais instituições para ações de educação patrimonial e educação ambiental e climática integradas.
Secas e queimadas ameaçam o patrimônio cultural imaterial, material e arqueológico.	Promover a intersectorialidade da pauta climática. Promover a Educação Climática como ação inovadora a ser absorvida em todas as agendas de políticas públicas. Produzir materiais por meio das tecnologias, inteligências artificiais, realidade aumentada e impressões 3D para elucidar os impactos da mudança climática.
	Inserir no Programa Cidades Verdes Resilientes a pauta do Patrimônio Cultural.
	Estimular que o Patrimônio Cultural seja caminho para a Agenda de Mudança Climática do Estado.
	Instituição de mecanismos de monitoramento e alerta dos bens

	culturais ameaçados pela mudança climática (Parceria com CEMADEN).
	Fortalecer os estudos e instrumentos de preservação do Patrimônio Genético e incentivo às comunidades para manutenção das comunidades tradicionais e seus cultivos.
	Garantir o ciclo alimentar baseado nas práticas alimentares locais a partir da produção familiar e agroecológica por meio do PNAE.
	Ocupação de prédios históricos desocupados ou subutilizados como meio de mitigação dos impactos no meio ambiente.
	Valorização do potencial turística do Patrimônio Cultural e Ambiental com o estímulo da ida às comunidades e à criação de renda por meio da produção cultural. A identidade da comunidade deve ser centralizada em todo processo de valorização turística dos territórios tradicionais.